

Restauração na Casa de Afonso Pena, em Santa Bárbara, revela pintura oculta há mais de um século

_____ página 03



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Entrevista: ex-presidente do Iepha, Rodrigo Andrade
defende participação dos cidadãos na proteção do patrimônio

_____ páginas 06 e 07



Divulgação

Orquestra Viola de Arame divulga música brasileira regional
e técnica do instrumento

_____ página 09

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

| 2009 – expectativa de um ano promissor.

Iniciamos 2009 na expectativa de que as ações nos âmbitos federal, estadual e municipal, relacionadas à preservação, conservação e promoção de nosso patrimônio cultural ganhem, cada vez mais, uma dinâmica compatível com a sua relevância. Para isso, o IEPHA/MG, em consonância com as políticas públicas estabelecidas pelo Governo de Minas, e em sintonia com as diretrizes do Sistema Estadual de Cultura, vem estruturando procedimentos técnicos e administrativos para consolidação de referenciais para subsidiar as ações do Instituto, que ganha cada vez mais demandas específicas.

Nesse sentido, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural aprovou o Plano de Trabalho de 2009, com elogios por parte dos conselheiros por abranger os diversos segmentos das atribuições do IEPHA/MG. Sabedores que somos de que os recursos orçamentários para a nossa área são muito escassos, o planejamento torna-se desafiador em relação aos bens e procedimentos a serem priorizados.

O Bem Informado, com a sua missão de ser um elo entre o IEPHA/MG e a sociedade, vem cumprindo sua estratégia, com textos de caráter jornalísticos, visando a informar e promover nosso patrimônio material e imaterial. Assim, neste número estão presentes ações a serem desenvolvidas em 2009, e assuntos relevantes a serem divulgados.

A Diretoria de Conservação e Restauro se faz presente na matéria que trata da recuperação do forro de Alto Maranhão, há muito tempo em compasso de espera, fortalecendo as atividades do Atelier de Restauro. Das outras diversas ações da DCR foi salientada a restauração da Igreja do Espírito Santo do Cerrado, projeto da arquiteta Lina Bo Bardi, com colaboração de André Vainer e Marcelo Ferraz - bem cultural modernista, situado em Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

Das ações da Diretoria de Proteção e Memória destaca-se o bem cultural tombado – Ruínas de Gongo Soco, em Barão de Cocais -, evidenciando a importância da paisagem como cenário a ser preservado. Quanto às formas de expressão e valorizando as iniciativas promovidas pelos municípios do interior mineiro, o artigo sobre “Orquestra Viola de Arame” ressalta um importante aspecto da tradição musical mineira.

A Diretoria de Promoção é enfatizada com o resultado anual de mais um ICMS Cultural e as mudanças propostas para a Lei Estadual 13.803/2000 que rege a iniciativa. Mudanças por um lado alentadoras - com a revisão de tabela e pontuações -, mas preocupante pela alteração das datas de entrega e divulgação da pontuação. Para contemplar os novos itens será necessária revisão da deliberação em vigor, que embora já sistematizada, não conta com tempo hábil para sua discussão e aprovação no CONEP. Também ficam prejudicados os municípios pelo escasso tempo para consolidar os documentos.

A entrevista do mês é com o ex-presidente do Iepha/MG, Rodrigo Andrade, que nos fala sobre seu momento à frente do Instituto, nos posicionando sobre questões fundamentais na preservação de nossos núcleos históricos e na conscientização dos cidadãos para proteção de nosso patrimônio cultural.

Aos amigos leitores um especial 2009.

Carlos Roberto Noronha
Presidente

Sistema Nacional de Patrimônio

Balanco positivo ao final da “Oficina Regional Sudeste: Construindo um Sistema Nacional de Patrimônio (SNP)”. Esta é a avaliação dos representantes do Iphan – entidade promotora desta série de encontros que estão acontecendo em todo o país – e do Iepha/MG, responsável pela organização da edição Sudeste, em Belo Horizonte.

Entre os dias 15 e 17 de dezembro, representantes de diversas instituições envolvidas na proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro debateram e levantaram propostas para a estruturação de um sistema único e uma rede de proteção integrada para a área. A idéia é criar uma política mais harmônica entre órgãos federais, estaduais e municipais, compartilhando diretrizes e unificando agendas para ações concentradas.

As propostas apresentadas pelos grupos de trabalho serão analisadas e somadas aos dados coletados nas demais regiões. Os resultados globais serão apresentados em março, no Fórum Nacional.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretária adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Cynthia Lanna de Miranda

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Revisão: Pedro Souza Pinto

Diagramação: Daniella Melo Jardim

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG
Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br
Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Encontrada pintura profana após um século encoberta

Cinco camadas de pintura removidas e uma enorme surpresa: painéis decorativos profanos, representando alegoricamente os continentes, haviam permanecido escondidos por mais de um século em um imponente casarão colonial. A descoberta, que mais parece enredo de filme, aconteceu no centro histórico de Santa Bárbara, cidade mineira conhecida pelo mel e pela religiosidade de sua gente. As pinturas estão no forro da sala principal da casa, onde nasceu e viveu o sexto presidente brasileiro, Afonso Pena.

Possivelmente do final século XVIII, a pintura em estilo rococó mostra África, América, Europa e Ásia - os quatro continentes conhecidos até então - representados em figuras femininas, sempre acompanhadas de elementos da fauna e flora características. Enquanto África e América se destacam pelo apelo natural, Ásia e Europa são marcadas pela questão cultural; a tradição popular no caso da primeira e o domínio da ciência na segunda. Ao todo, são dez painéis pintados sobre madeira, que ocupam uma área de cerca de 35 metros quadrados.

A autoria dos painéis ainda é desconhecida, mas, de acordo com a gerente de Elementos Artísticos do Iepha, Vânia Parreira, essa informação também poderia ser recuperada por meio de uma pesquisa documental e comparativa. "O primeiro passo seria buscar alguma referência em documentos relativos à construção da casa. Se lá houver menção à pintura, talvez fosse possível se afirmar a autoria. Caso contrário, teria que ser feita uma pesquisa de comparação dos traços, cores e estilo do forro com outras pinturas decorativas contemporâneas da região. Se então houver um cruzamento positivo, seria possível atribuir a pintura a determinado autor, mas não afirmá-la", explica.



Remoção de cinco camadas de pintura revelou a surpresa



Painéis decorativos mostram os continentes em alegorias

Centro de cultura

A descoberta das pinturas em Santa Bárbara foi feita pela equipe de restauradores responsável pela recuperação e readequação do imóvel para abrigar um centro de cultura. Concluído o restauro e em fase de estruturação museográfica, o Memorial Afonso Penna - com documentos, fotografias e objetos de uso pessoal do ex-residente ilustre da casa - deve ser inaugurado em meados de 2009, como parte das comemorações de seu centenário.

O trabalho feito no forro, pelo restaurador Carlos Magno de Araújo, demorou seis meses (entre maio e novembro) para ser concluído e os painéis tiveram de ser parcialmente desmontados para descupinização e recuperação da integridade estrutural. O projeto foi aprovado e supervisionado pelo Iepha, uma vez que o casarão está localizado no Centro Histórico de Santa Bárbara tombado pelo Estado desde 1989.



Vista da casa Afonso Pena

Igreja projetada por Lina Bo Bardi passará por grande restauro

O projeto de restauração da Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado, em Uberlândia, levará a assinatura de Marcelo Ferraz e André Vainer, mesmos arquitetos que atuaram, em 1976, como colaboradores de Lina Bo Bardi no projeto da igreja. No último dia 4 de dezembro, a dupla esteve na sede do Iepha para confirmar interesse em assumir o trabalho e dar início ao processo em seguida. Por terem participado do projeto original, de acordo com a legislação de direitos autorais, era garantida a eles a prioridade de contrato para execução de novos projetos para o bem.

Muito mais forte do que a propriedade intelectual, entretanto, é a ligação afetiva que os arquitetos mantiveram com a igreja ao longo dos anos, garantindo – mesmo sem recursos – a máxima assistência que lhes era possível prestar por conta própria. “À época de sua construção muitas coisas ficaram de fora por falta de dinheiro, para complementação posterior. Mas isso nunca aconteceu, o tempo passou e deteriorou outras tantas coisas, complicando ainda mais a situação. Há muitos anos esperávamos a oportunidade e procurávamos por parcerias para recuperar essa igreja, que é muito importante como ponto de referência e de estudos da arquitetura moderna”, explica André Vainer.

Agora, com a garantia de total custeio pelo Estado, o bem cultural, tombado pelo Iepha em 1997, passará pelo primeiro grande restauro desde sua construção. Logo após a assinatura do contrato – que prevê diagnóstico, atualização de projeto arquitetônico e elaboração de projetos complementares –, os arquitetos foram até Uberlândia e fizeram um primeiro levantamento, principalmente das demandas mais urgentes, como a recuperação da cobertura. Esse projeto, considerado emergencial, já foi concluído pela dupla e entregue ao Iepha com planilha para contratação dos serviços de reparo (estimados em R\$130 mil) ainda neste mês.

Até o fim do primeiro trimestre, Vainer e Ferraz devem finalizar o estudo para o restauro completo, incluindo paisagismo, iluminação, piso, esquadrias, além de projeto de incêndio, descarga atmosférica, sistema elétrico, hidráulico e sanitário. O Iepha então se encarregará da contratação global e supervisão da execução da obra, ainda sem previsão de custos ou prazo de finalização, que dependerão do projeto arquitetônico.



Marcelo Ferraz e André Vainer atuaram como colaboradores de Lina Bo Bardi

Mutirão

O projeto da Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado, em Uberlândia, foi um pedido do frei franciscano Egídio Parisi à arquiteta italiana Lina Bo Bardi, autora de projetos como os da Casa de Vidro e do Museu de Arte de São Paulo.

Lina (que era atéia e comunista) recusou o trabalho, mas acabou voltando atrás e não só aceitou fazer o projeto como ainda decidiu doá-lo à comunidade. Tudo isso graças à intervenção do artista Edmar Almeida e do argumento de que a igreja seria erguida em mutirão pela comunidade. Até o material usado na obra era procedente do próprio local, como os tijolos de barro e a estrutura portante de madeira feita toda em aroeira da região. Lina não teve como recusar. Colocou literalmente as “mãos na massa”, trabalhando diretamente com os mestres de obras, operários e com os arquitetos André Vainer e Marcelo Ferraz.

“Lina tinha um jeito muito próprio de trabalhar, modificando, no dia-a-dia, aspectos do projeto como lhe parecia melhor e a partir do contato na obra. O resultado é muito rico, mas foge bastante aos padrões em diversos pontos, e até por isso precisa de muitos ajustes”, explica Renato César de Souza, diretor de Restauração e Conservação do Iepha. Ele lembra ainda que um dos desafios iniciais para a restauração é a atualização do projeto, uma vez que – por causa da forma de trabalho de Lina Bo Bardi – não havia projeto que correspondesse realmente à construção final.



Arquivo Iepha/MG

Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado

Onze municípios pontuam pela primeira vez no ICMS Cultural

Os municípios de Botelhos, Cabeceira Grande, Conceição das Pedras, Frei Lagonegro, Lagoa Grande, Pocrane, São Geraldo do Baixo, São José do Mantimento, São Miguel do Anta, Serra dos Aimorés e Virgínia foram os destaques do ICMS Cultural exercício 2009, por enviarem a documentação para análise pela primeira vez.

Este ano 76% dos 853 municípios mineiros receberam pontuação, sendo que destes, 3,72%, mesmo não enviando documentação, receberam parte da pontuação por terem tombamentos em nível estadual ou federal. Desde sua instituição em 1996, o número de municípios participantes do ICMS Patrimônio Cultural cresceu mais de 500% - dos iniciais 106 para hoje 645.

Segundo Carlos Henrique Rangel, diretor de Promoção do Instituto, o aumento no número de municípios participantes mostra que já existe uma consciência em relação à importância de se proteger a memória local e os espaços onde ela acontece. "Para estes municípios, a pontuação é só consequência do trabalho desenvolvido durante o ano", relata.

Esse é o caso de Cabeceira Grande, extremo Oeste de Minas, que pela primeira vez encaminhou documentação para avaliação no ICMS Cultural e fez 1.10 pontos. "Nossa cidade só tem 13 anos de emancipação política e a própria população não conhece sua história. Eu descobri na Fazenda Bolívia - que em 1843 era sede de uma extensa sesmaria, que deu origem à atual de Cabeceira Grande, parte dos municípios de Unaí e Buritis, além de outros dois municípios goianos - uma capelinha funerária com mais de 100 anos, e as pessoas não sabiam da história que envolvia esta construção. São por memórias como essa, desconhecidas até pelos próprios habitantes e que precisam ser pesquisadas e contadas, que enviamos a documentação ao ICMS", revela José Luiz Neto, assessor de gabinete da Prefeitura de Cabeceira Grande.

Os valores do repasse, estimados por ponto, podem garantir ao município uma verba extra que pode ajudar no orçamento das prefeituras. Tombamentos federais e estaduais de bens culturais nas categorias núcleos históricos,

conjuntos paisagísticos bens imóveis e bens móveis recebem pontuação maior. Até novembro, o repasse de 2008 correspondeu a cerca de R\$ 40 milhões.

Débora Bernardes Marquetti, gerente de Cooperação Municipal, conta que este ano 137 cidades tiveram a pontuação provisória alterada. "Para darmos a nota, nos baseamos nas informações que as prefeituras nos enviam, mas muitas vezes essas informações não são claras. Por isso, quando as prefeituras pedem revisão, vêm ao IEPHA e explicam melhor o que está escrito, a nota pode sofrer alterações", revela.

Em 2009, o ICMS Cultural sofrerá mudanças. A principal, conforme redação final do Projeto de Lei 637/07 da Assembleia Legislativa, é que o Iepha deve publicar a pontuação final dos municípios até julho e, para tanto, a documentação deve ser encaminhada ao Instituto até fevereiro.

Servem de base para pontuação para repasse de recursos do ICMS alguns itens como criação de uma lei municipal de patrimônio cultural, programas de educação patrimonial (a cidade também deve criar o seu conselho municipal do patrimônio cultural), bens culturais tombados, elaboração de inventário de proteção ao acervo cultural, além de ações de proteção (investimentos em bens e manifestações culturais). Na área de proteção, pontuam as categorias centro histórico, conjunto arquitetônico, bem imóvel e bem móvel. Em política cultural, destacam-se a atuação do Conselho Deliberativo de Patrimônio Histórico e o investimento em bens tombados.

A pontuação final dos municípios pode ser consultada no site www.iepha.mg.gov.br.



Acervo prefeitura Cabeceira Grande



Do idealismo ao pé no chão



Divulgação

Questões de planejamento urbano e patrimônio histórico se entrelaçam em grande parte dos municípios mineiros. Assim também é na vida de Rodrigo Ferreira Andrade, engenheiro civil, mestre em “Urbanisme et Aménagement du Territoire”, pela Université Catholique de Louvain, da Bélgica. Diretor-executivo e presidente do Iepha, entre 1983 e 1984, Rodrigo é autor de diversas publicações sobre o tema.

Foi consultor da Unesco, em 1986, responsável por parecer sobre a recuperação da cidade de Cuzco, Peru; consultor do Ibama no Programa de Recuperação de Núcleos Históricos, em 1992; e coordenador dos estudos urbanísticos do dossiê da candidatura de Diamantina a Patrimônio Mundial perante a Unesco, em 1998/99, entre outras atividades. Confira as opiniões de Rodrigo Andrade sobre os centros históricos e os caminhos para a proteção do patrimônio.

Seu trabalho ligado ao planejamento urbanístico para crescimento ordenado no entorno dos centros históricos de Ouro Preto e Mariana (e depois também Diamantina) foi pioneiro e orientou outros estudos posteriores. Quais eram as bases deste trabalho e que experiência lhe trouxe?

A idéia de fazer um plano de restauração, conservação e desenvolvimento para Ouro Preto e Mariana surgiu no Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro, quando o arquiteto português Alfredo Viana de Lima apresentou ao Governo do Estado um plano para a cidade de Ouro Preto, que fizera para o IPHAN, com patrocínio da Unesco. Tratava-se de um trabalho que cuidava só da antiga Vila Rica e abrangia essencialmente os aspectos arquitetônicos e urbanísticos. Pela similitude dos problemas, proximidade e interdependência entre as duas cidades, nossa equipe de urbanistas vislumbrou a conveniência de estender tal trabalho a Mariana e abordar também outros aspectos importantes para a qualidade de vida nessas cidades, como eram a infra-estrutura de saneamento, a educação, a saúde, a base econômica e a administração - e assim o prepusemos ao Governo do Estado.

As experiências que tivemos foram, infelizmente, em parte, negativas. Éramos jovens, entusiasmados pelo planejamento urbano, mas um tanto teóricos e, depois de fazer levantamentos e análises muito aprofundados de todos aqueles aspectos, acabamos por estabelecer algumas propostas idealistas, mas irrealizáveis naquelas circunstâncias: trabalhávamos com dois municípios que praticamente assistiram de modo desconfiado o seu desenvolvimento, sem capacidade técnica de entendê-las nem financeira de implantá-las, e uma participação muito rasa da comunidade. Hoje faríamos um trabalho menos ambicioso e mais participativo. De todo modo, resultou um acervo importante de conhecimento daquela realidade, muito maior do que os modestos resultados práticos que terá proporcionado.

Quais seriam, em sua opinião, as melhores alternativas para orientar o crescimento próximo aos núcleos históricos?

Sinceramente, não temos instrumentos para impedir que as pessoas venham para as cidades em busca de melhores oportunidades para si mesmas - e nem sei se deveríamos ter. No mundo inteiro, os denominados



^ Vista do centro histórico de Mariana

“cascos históricos” acabam ficando imersos no tecido urbano das cidades que sempre continuam crescendo. A diferença é que aqui o ritmo de crescimento das periferias é muito maior e de pior qualidade do que na Europa, por exemplo, o que faz com que, ao contraste entre o velho e o novo, que em si pode até ser interessante, se acrescenta o contraste, este sim indesejável, entre o espaço bom e o ruim.

Uma das alternativas que vejo, para orientar esse crescimento, é que os poderes municipais assumam efetivamente o papel que lhes confiamos de controle de uso do solo, exigindo o licenciamento ambiental obrigatório de todos os novos empreendimentos e cuidando do plantio de árvores que, além de amenizar o clima, ajudam a amenizar os contrastes mais incômodos.

Como entender um centro histórico urbano como unidade cultural, respeitando a diversidade que é sua principal marca?

A diversidade que individualiza os “cascos históricos” com relação aos tecidos urbanos mais novos, que em geral os envolvem, deve ser plena de diversidade interna, nas várias atividades e funções que cumprem no contexto da cidade. Isso é vida. Não vejo com muita simpatia os centros históricos monofuncionais, que costumam ficar mortos uma parte do dia e quase sempre à noite. A não ser que essa especialização já seja ela mesma histórica, pelo desenvolvimento espontâneo e antigo de um mesmo tipo de comércio ou de ocupação por uma mesma etnia, por exemplo. Os centros históricos tornados monofuncionais são, em geral, artificiais e inóspitos.

O senhor presidiu o Iepha na década de 80. Como avalia aquele momento e o que mudou de lá para cá, em termos de políticas públicas e da atuação da sociedade com relação ao patrimônio?

Vejo com satisfação que o Iepha se consolidou bastante nesse período, e penso que um dos indicadores disso é sua instalação num prédio que faz parte do Conjunto Cultural da Praça da Liberdade, portanto bem de acordo com a sua missão. Naquele momento, a chegada da “Nova República” propiciou uma grande mobilização da cidadania para a criação de

movimentos de participação e, dentro do Iepha, havia uma excitação que, acredito, tenha sido benéfica para o aparecimento de uma espécie de doutrina, segundo a qual a proteção do patrimônio histórico e cultural é uma responsabilidade e uma coisa para se dar primeiramente no âmbito do município e da formação de consciência dos cidadãos.

Não estou muito atualizado com relação às políticas públicas já que, desde então, estou atuando principalmente na área do planejamento urbano, mas tenho a impressão que ainda há muito que fazer quanto à formação de consciência para a proteção do patrimônio cultural, pelo menos para chegarmos ao nível em que está a proteção do patrimônio ambiental. As escolas primárias poderiam dar atenção idêntica à que dão às questões ambientais. Percebo que crianças têm tido um papel muito importante na provocação dos adultos para ecologia, coisa que não acontece na mesma proporção para o patrimônio cultural.

Então o caminho seria o fortalecimento cada vez maior da educação patrimonial?

Volto a insistir na necessidade de atitudes mais incisivas dos cidadãos na proteção do patrimônio. Há um grande potencial de ativação dessa participação a ser explorado em instrumentos que não são específicos para a área do patrimônio - como são o Estatuto das Cidades e os Planos Municipais Participativos -, assim como na atuação de movimentos - como o do Instituto Horizontes e o da Nossa BH -, que buscam aproximação dos setores público, privado e comunitário na análise dos problemas de nossas cidades e no encaminhamento de suas soluções, entre os quais certamente se incluem as questões do patrimônio cultural. A proteção desse patrimônio precisa de verbas maiores do que o poder público pode dispor e a ampliação da participação das empresas e dos cidadãos carece de um trabalho mais eficiente de formação de opiniões.

Sem abrir mão do que vem se fazendo hoje a duras penas, creio que é fundamental o trabalho na educação de base. “É de menino que se torce o pepino”.



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO



| Igreja Matriz de São Brás do Suaçuí

O detalhe faz parte do retábulo da capela-mor da Igreja Matriz de São Brás do Suaçuí, cidade localizada na região central de Minas.

Internamente a igreja, situada na avenida principal da cidade, apresenta um harmonioso conjunto de cinco retábulos em estilo de transição entre o barroco joanino e o rococó. O conjunto de imagens setecentistas merece destaque. Entre elas, uma do santo padroeiro São Brás, outra de Santo Antônio, além das de Santa Rita e São Sebastião.

A data provável do início da construção do prédio é de 1750/1, período em que o mestre de obras José Pereira dos Santos, considerado um dos mais importantes de Minas Gerais na época, fez uma série de encomendas de materiais de construção. Esta informação é comprovada por documentação transcrita do anuário do Museu da Inconfidência de Ouro Preto. Embora não se tenha encontrado nenhuma comprovação, sabe-se que a construção religiosa estava concluída no princípio do século XIX, pois existem referências ao término da construção em registros de visitas pastorais.

Em 1977 foi realizada uma intervenção que a descaracterizou. O piso da nave e o da capela-mor foram nivelados, as mesas dos altares laterais retiradas, as antigas escadarias de acesso ao adro foram substituídas por rampas e o lavabo original da sacristia foi colocado na frente da rampa principal.



BLOCO DE NOTAS

| Conep fecha 2008 com aprovação de novo tombamento

O tombamento estadual provisório da Capela Nossa Senhora da Glória (foto), em Carandaí, e o plano de ação do lepa para o próximo ano foram os dois tópicos na pauta – aprovados por unanimidade do último encontro do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep) em 2008. A reunião aconteceu no último dia 10 de dezembro, em Belo Horizonte.



A igreja, 133ª bem cultural tombado pelo Estado, foi originalmente erguida em 1736, com estrutura em madeira, e reconstruída em pedra nas últimas décadas do século XVIII. Ela guarda um

importante conjunto de bens móveis e integrados, notável, por exemplo, na talha joanina do altar-mor e em outros registros da transição estética entre o rococó e o neoclássico. O pedido de tombamento da capela partiu da própria comunidade e do poder público local, que se mobilizou e reuniu ao processo o apoio de dezenas de entidades da região.

| Plano de Ação 2009

O segundo item aprovado pelos conselheiros, durante a reunião, foi o Plano de Ação do lepa para 2009, com definição de ações prioritárias a serem executadas pelo órgão durante todo o próximo ano. Entre elas está a conclusão dos processos de tombamento de bens que já têm proteção provisória e seu encaminhamento para que o Conep vote pelo tombamento definitivo – a Casa de JK, em Belo Horizonte, a Serra dos Cristais, em Diamantina, a Fazenda Pé do Morro, em Ouro Branco, o Casarão do Capitão Henrique, em Oliveira e o Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada, localizado em Brumadinho e Nova Lima.

Outras metas são a elaboração de estudos iniciais sobre bens que pleiteiam tombamento provisório, o incremento dos trabalhos com o patrimônio imaterial, além da realização de obras de conservação e restauração de bens culturais em todo o Estado. Compõe ainda o documento uma série de ações preventivas de inspeção e vistoria e de educação patrimonial junto aos municípios.

Orquestra resgata “verdadeira música brasileira”



Divulgação

Fundada em 2006, a partir das oficinas gratuitas de viola caipira, oferecidas pela Associação Amarração de Arte e Cultura de Araguari, a Orquestra Viola de Arame tem tocado em aniversários de cidades, feiras, convenções e festas particulares em Minas e Goiás, apresentando a toada, o cateretê, o cururu, a guarânia, a folia, o choro, a moda e o pagode de viola, componentes da sonoridade da orquestra.

Regido por Cláudia Morais Neves, uma das poucas mulheres à frente de uma orquestra, o grupo é composto por 16 pessoas, entre violeiros, violonistas e percussionistas, com idades entre 13 e 63 anos. O objetivo é divulgar a música brasileira regional, raiz, folclórica e de domínio público, além de contar em seu repertório com canções inéditas de compositores mineiros. Além das apresentações, o grupo também ensina a técnica para outras pessoas.

Vicente Alves de Oliveira, de 63 anos, é um dos participantes mais velhos do grupo. Autodidata desde os 16 anos, professor de viola caipira e violão, Cid Merim, como é conhecido, é também compositor de música sertaneja raiz e música sertaneja comercial – “essa que toca nas rádios de hoje”, classifica. De família com tradição cultural – o pai era capitão de Folia de Reis e a mãe “tiradora” de terço e responsável por cantar a quinta voz nos hinos da folia –, Cid integra a Orquestra Viola de Arame desde 2007.

Filha de violeiro, Fabiane Vieira, 14 anos, começou a se interessar pela viola caipira há dois anos. “Um amigo do meu pai levou uma violeira da minha idade na minha casa para tocar, a pedido do meu pai, para ver se eu me interessava em aprender a tocar violão ou viola. Quando a vi tocando, me interessei mesmo”,

revela. Fabiane também colabora com a edição gráfica dos materiais didáticos, transcritos por Cláudia, que são compartilhados com outros violeiros pela internet.

Atualmente a Orquestra Viola de Arame está se preparando para, em 2009, realizar uma turnê por municípios mineiros e dos estados de Goiás e São Paulo.



Divulgação

▲ Orquestra é composta por violeiros, violinistas e percussionistas

História da viola

Perto do fim do século XIV, surgiram na Espanha, e depois foram introduzidos em Portugal, dois instrumentos derivados da guitarra renascentista: a guitarra barroca e a viola (aportuguesamento de Vihuela), que chegou ao Brasil na primeira frota de navios vindos de Portugal.

Usada inicialmente na catequese dos índios, a viola ganhou o interior brasileiro e perdeu sua imagem erudita, passando a ser feita pelos próprios caboclos com madeiras rudes. Surgia aí a viola caipira, também conhecida por viola brasileira, viola de arame, viola da terra, entre outros nomes.

Durante os 300 anos seguintes, a viola foi rapidamente transformada no instrumento mais popular do Brasil. Porém, com o surgimento do violão no fim do século XVII (que veio da Europa já com métodos e toda uma escola formada), a viola passou a ser restrita cada vez mais ao interior. O violão passou a ser um instrumento urbano e a viola, um instrumento rural.

É muito comum que o violeiro use fitinhas coloridas amarradas no braço do instrumento. As cores possuem significado de acordo com as tradições das Folias de Reis que acontecem no mês de janeiro em diversas regiões do Brasil: FITA BRANCA representa Jesus, FITA ROSA representa José, FITA AZUL CLARO representa Maria, FITA AZUL ESCURO representa São Gonçalo do Amarante (conhecido como protetor dos violeiros). Os Três Reis Magos são representados pelas Fitas AMARELA (Belchior), VERMELHA (Baltazar) e VERDE (Gaspar). Se houver uma fita PRETA é em referência ao “coisa ruim” com o qual o violeiro pode ter feito o famoso pacto...

Paisagem urbana em discussão

André Sousa Miranda*

Este trabalho é uma síntese da minha dissertação de Mestrado, da Escola de Arquitetura da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura, na área de concentração “Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo”. Denominada “O papel e as repercussões das ações do IAB-MG voltadas para a preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte/MG – o caso do I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação”, foi apresentada no 3º Arqumemória – Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, realizado em junho de 2008 e no XVI Encontro Regional de História, realizado em julho do mesmo ano.

A proposta foi analisar a eclosão dos movimentos sociais de preservação do patrimônio em Belo Horizonte - divididos entre movimentos estudantil, ambiental e de preservação do patrimônio -, durante as décadas de 1970 e 1980, tendo como referência a mobilização do Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG) na organização do I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação (1981). Neste contexto, cabe também investigar o estado da arte do conceito de preservação do patrimônio difundido pelos órgãos oficiais de governo e como a evolução destes termos acontece, uma vez que o IAB-MG conclama a sociedade civil para debater a relevância da Praça Rui Barbosa (popularmente conhecida como Praça da Estação), como espaço de identidade e memória coletiva de Belo Horizonte.

Desta forma, este evento emerge em um panorama de reformas urbanas pela democratização do país, momento muito rico e favorável para o debate dos direitos políticos da sociedade civil e para a construção de uma nação democrática; em que a noção dos direitos difusos pela preservação do patrimônio aparece desde então como uma das bandeiras associadas às representações da sociedade civil organizada.

A metodologia de pesquisa utilizada baseou-se em fontes bibliográficas, documentais e em entrevistas. Doze pessoas foram entrevistadas, entre as quais algumas vinculadas ao Iepha/MG e ao antigo PLAMBEL.

Concluiu-se que os componentes das instâncias diretivas e consultivas do IAB-MG participam da preservação da Praça da Estação para conscientizar o corpo técnico de arquitetos vinculados a órgãos públicos de governo sobre a existência e a necessidade de se preservar o patrimônio histórico de Belo Horizonte como parte do patrimônio cultural brasileiro. Por conseguinte, o I Encontro constitui-se em um marco da inclusão da participação social nas ações preservacionistas implementadas na Capital e defende a manutenção da esplanada – vazio urbano - de Belo Horizonte em todo seu contexto histórico, cultural e urbano.

O evento é inovador também ao marcar oficialmente uma etapa de discussões e negociações democráticas pela instauração de medidas de proteção do patrimônio público no âmbito local, expressando a necessidade de se introduzir a questão do patrimônio no planejamento e gestão das políticas públicas municipais.

Por fim, as discussões motivadas pelo IAB-MG na Praça da Estação são essenciais para se compreender o cenário político-ideológico, segundo o qual o conceito de preservação do patrimônio é construído e adotado pela Constituição Federal brasileira de 1988, que se consubstancia em muitas das questões suscitadas neste evento e propõe o direito à cidade como direito difuso da sociedade civil.

* Arquiteto e Analista de Gestão Proteção e Restauro do Iepha/MG



« Praça da Estação
em Belo Horizonte

Conjunto de Ruínas do Gongo Soco



Acervo Iepha/MG

A Mina de Gongo Soco presenciou o auge e a decadência da exploração do ouro de aluvião e da mecanização rudimentar da atividade mineradora. No século XIX, viveu seu apogeu, com a mineração aurífera subterrânea, mecanizada e industrializada. Com o declínio do rico mineral, a extração do ouro foi substituída pela do ferro, atividade ainda existente no local.

A história começou quando, em 1824, João Baptista Ferreira de Souza Coutinho, o Barão de Catas Altas, vendeu as terras de Gongo Soco para uma empresa Britânica, a Imperial Brazilian Mining Association – primeira empresa de capital estrangeiro a se instalar em Minas Gerais.

Entre os anos de 1826 a 1856, a mina produziu mais de 12 mil quilos de ouro. Em 1856, sua produção, em queda, foi reduzida a apenas 29 quilos, e neste mesmo ano foi abandonada. O conjunto de ruínas do sítio do Gongo Soco era constituído por dois setores distintos: Setor I, considerado o espaço de trabalho da mina propriamente dita, com seu complexo de estruturas industriais; e o Setor II, mais afastado, onde se encontravam as moradias e os equipamentos urbanos que faziam parte da antiga vila.

Uma autêntica vila inglesa, Gongo Soco, segundo o censo, em 1931, possuía 30 casas ao longo de uma extensão de um quilômetro e meio. As edificações eram todas construídas em alvenaria de pedra e barro. Entre as casas ficava o Cemitério dos Ingleses, onde eram enterrados apenas os trabalhadores britânicos. Ali foram encontradas dez lápides com inscrições em inglês e ornamentadas por desenhos apurados. Existem ainda vestígios do que seriam um hospital e duas capelas, sendo uma católica e outra anglicana.

A casa do Barão de Catas Altas – informação sem constatação documental – teria aproximadamente 1.000 m² de área construída, supondo apenas um pavimento. Perto do Setor I, há um forno com chaminé de mais ou menos 5,20 m de altura e 0,60 m de boca. Caminhando pela estrada à direita, vê-se um muro de pedra de quase 60 m de comprimento, terminando num portão em arco, erguido presumivelmente para marcar a passagem dos imperadores Dom Pedro I, no ano de 1831, e Dom Pedro II, em 1881. Atualmente, o arco em ruínas está coberto por uma gameleira. À esquerda, estão localizadas ruínas do que teria sido um vestiário, segundo relatos do viajante Richard Burton.

A origem do nome Gongo Soco é incerta. Segundo uma das versões, quando acontecia roubo na mina, o gongo era tocado, mas ninguém o ouvia. Outra versão diz que um escravo, vindo do Congo, foi encontrado na posição de galinha choca (palavra que teria originado “soco”) cavando escondido um depósito aurífero.

As ruínas, tombadas pelo Iepha/MG em 1995, estão localizadas no município de Barão de Cocais, a 76 quilômetros de Belo Horizonte.

Referências: IEPHA. Processo de Tombamento das Antigas Ruínas da Vila do Gongo Soco, Barão de Cocais/Sede, 1995, PT95

IEPHA. Projeto Ruínas de Gongo Soco. Relatório Final das Pesquisas Histórica e Arqueológica, v. I, Barão de Cocais/Sede, 1995.



Nossa Senhora do Desterro



Acervo Iepha/MG

O evangelho de Mateus (2,13-14) conta que, após a partida dos Reis Magos, um anjo apareceu a São José e disse: *"Levanta, toma o menino, a sua Mãe e foge para o Egito; permanece lá até que eu te avise, porque Herodes procura o menino para matá-lo. Levantando-se de noite, ele tomou o menino e a mãe, e partiu para o Egito"*. Belém fica a cerca de 250 quilômetros do delta do Nilo e, segundo a tradição, foi em Macarié, perto de Heliópolis, que a Sagrada Família permaneceu por sete anos.

Novamente avisado por um anjo de que o rei Herodes havia morrido, José retornou a Israel com sua família. Porém, com medo de Arquelau, filho e sucessor de Herodes, fixou morada em Nazaré, na Galiléia.

Existem muitas lendas, algumas narradas por evangelhos apócrifos, que contam detalhes do desterro da Virgem Maria no Egito. Entre essas histórias, há uma em que consta que uma tamareira, sob cuja copa Maria se sentara para repousar, inclinou-se para que seus frutos ficassem ao alcance de suas mãos. Outra relata um suposto ataque de salteadores à Sagrada Família, que nada sofreu em atenção ao pedido de um dos malfeitores, o mesmo Bom Ladrão posteriormente crucificado ao lado de Jesus, e que passou a ser venerado como São Dimas.

A iconografia da Virgem, nessa fase de sua vida, identifica-a como Nossa Senhora do Desterro e inclui o grupo da Sagrada Família em viagem para o Egito. Normalmente, São José está caminhando conduzindo um jumento que carrega a Virgem com Jesus em seus braços.

A devoção a Nossa Senhora do Desterro foi intensa no Brasil colonial, talvez por lembrar o exílio a que os portugueses se submetiam, deixando sua pátria e família para viver na colônia.

Entre os muitos templos dedicados a essa devoção no Brasil, ressaltam o de Nossa Senhora do Desterro da Bahia, anexo a um convento feminino, e a antiga ermida no Rio de Janeiro, na subida do morro do Desterro, em cujo local foi edificado o convento carmelita de Santa Teresa. A cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, chamou-se Vila do Desterro, tendo sua origem ligada à capela em honra da Virgem, construída em 1673.

Dois municípios mineiros têm sua denominação oriunda do culto de Nossa Senhora do Desterro. Desterro do Melo tem seu nome ligado ao português Antônio José de Melo, que escolheu para sua proteção e de suas terras a invocação da Virgem ligada ao exílio. As origens de Desterro de Entre Rios devem-se à povoação surgida em torno de uma capela, no início do século XIX, que levou à posterior criação da paróquia de Nossa Senhora de Desterro de Entre Rios, bem antes da emancipação da cidade.